

## **A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA PRAIA\***

HELENA CRISTINA F. MACHADO\*\*

### **RESUMO:**

Este artigo apresenta uma análise e interpretação sociológica de comportamentos e de processos sociais de atribuição de sentido à praia. O modo como os actores sociais se relacionam com o espaço da praia tem, por um lado, um carácter vincadamente classista, revelando estratégias de distinção social e de reprodução da posição de classe. Por outro lado, os comportamentos e os sentidos que são dirigidos a este espaço particular, exprimem diferenças de género.

### **Introdução**

A oposição entre natureza e cultura é uma das matrizes principais de organização da vida quotidiana. Esta dicotomia permite-nos impor ordem e estabilidade na nossa visão do mundo, através de processos de classificação e de enquadramento dos objectos e fenómenos que nos

---

\* Este ensaio é uma versão resumida de um estudo de minha autoria, sobre a evolução histórica dos comportamentos sociais na praia da Figueira da Foz, de finais do século XIX até meados do século XX (Machado, 1996).

\*\* Assistente do Departamento de Sociologia da Universidade do Minho.

rodeiam, quer na esfera da “natureza”, quer na esfera da “cultura” ou “civilização” (Lévi-Strauss, 1969).

Vários autores têm destacado o carácter “anómalo” e “híbrido” da praia, que resulta deste espaço ser um interposto entre natureza e cultura (Fiske, 1989; Shields, 1991). Sendo a praia um espaço alternadamente coberto e descoberto pelas águas do mar, é sobretudo um espaço ambíguo: não é terra (civilização, cultura), nem mar (natureza), mas pode adoptar características de ambos. Chris Rojeck, sociólogo britânico que tem desenvolvido uma notável reflexão sobre o significado do lazer nas sociedades ocidentais contemporâneas, considera que em muitos aspectos, a praia constitui um exemplo apodíctico do pós-modernismo, pelo facto de lhe ser dirigida uma amálgama de significados e comportamentos (Rojeck, 1993: 190).

Para uma compreensão aprofundada das relações estabelecidas entre a sociedade e o espaço da praia, é indispensável o conceito de “especialização social” proposto por Rob Shields (1991), enquanto processo social de construção do espaço, quer ao nível do imaginário (construção de mitologias e representações colectivas sobre os lugares), quer ao nível da intervenção humana na paisagem.

A análise sociológica dos comportamentos na praia e dos processos de atribuição de sentido a este espaço, obriga também a repensar as orientações teóricas e metodológicas que têm dominado na Sociologia. O objecto de estudo tradicional da Sociologia tem sido as interacções em que as pessoas orientam as suas acções umas para as outras (Berger, 1978). Contudo, seria limitativo abordar o espaço da praia apenas como um suporte material de actividades humanas de determinada espécie. É importante partir do pressuposto de que as propriedades físicas e materiais específicas deste espaço, de algum modo condicionam e constroem o trabalho de interpretação e de acção humana. Como chama a atenção Fiske (1989), *“Semioticamente, a praia pode ser lida como um texto, ou seja, como uma construção significativa de potenciais significados que operam a vários níveis (...) Como nos outros textos, esses significados são, em parte, determinados pela estrutura do próprio texto, em parte pelas características sociais e práticas discursivas do leitor.”* (Fiske, 1989: 43).

O estudo dos comportamentos e dos sentidos atribuídos à praia implica atender a interacções sociais de um tipo particular: de um lado, actores sociais “humanos” que classificam e atribuem sentidos à praia e de um outro lado, a praia como actor social “não-humano”, dotado de um capital próprio. O capital específico do espaço da praia é um con-

junto de recursos físicos e materiais acumulados e duradouros, que vai interferir de um modo decisivo nos comportamentos e nas representações sociais que lhe são dirigidos.

Ao longo do tempo, o imaginário da praia esteve sujeito a processos de reconstrução e de reinterpretção, embora possa ter padrões regulares mais ou menos permanentes. Inclusive, num mesmo momento histórico não existe um conjunto de sentidos e de comportamentos uniforme e consensual dirigido à praia, na medida em que indivíduos dotados de diferentes espécies de capital (económico, cultural e social) atribuem significados diferentes a este espaço. Como afirma Pierre Bourdieu (1977), a *“percepção do mundo natural não tem, em si, nada de natural”* (Bourdieu, 1977: 3), existindo um forte condicionamento social na elaboração de comportamentos e categorias de percepção dirigidos à natureza.

O imaginário da praia e da natureza marítima não é neutro. Traduz relações de poder, que se exprimem na elaboração de determinadas técnicas corporais e padrões de sensibilidade para o contacto com os espaços naturais. O modo como os actores sociais se relacionam com o espaço da praia tem por um lado, um carácter vincadamente classista, revelando estratégias de distinção social ou de reprodução da posição de classe. Por outro lado, os comportamentos na praia e os sentidos que lhe são dirigidos, são bastante diferentes consoante se é homem ou se é mulher.

Em consonância com o que ficou dito, propomo-nos aqui analisar a “especialização social” da praia, em duas dimensões distintas: por um lado, em termos da sua evolução histórica, desde o século XIX à actualidade. Por outro lado, vamos atender ao modo como o imaginário da praia é moldado por diferenças de classe social e por diferenças de género.

Numa primeira parte, procuramos apontar alguns fenómenos sociais que contribuíram para que desde sensivelmente a segunda metade do século XVIII, as elites europeias começassem a manifestar o desejo de passar algum tempo à beira-mar. De seguida, referimo-nos a transformações ocorridas nos comportamentos e nos modos de perceber a praia, desde a praia frequentada com finalidades exclusivamente terapêuticas – a “praia terapêutica” – até à praia “lúdica”, entendida como lugar de prazer e aventura. Numa última parte, procedemos a uma reflexão sobre o imaginário da praia na actualidade e dentro do contexto das funções das actividades de lazer em geral.

A intenção desta análise é contribuir para esclarecer o modo como em determinados contextos os actores sociais mobilizam diferentes recursos simbólicos na relação que estabelecem com a praia.

Uma parte substancial deste estudo baseia-se na análise de conteúdo de jornais, revistas e ensaios, produzidos de finais do século XIX até meados do século XX, por nós recolhidos e seleccionados no Arquivo Municipal da Figueira da Foz, ao longo dos anos de 1992 e de 1993.

## 1. A Invenção Social da Natureza Marítima

Não é possível situar com rigor no tempo, o “início” do desejo de frequentar a praia. Aceitando a cronologia das transformações da visão sobre a praia e dos comportamentos neste espaço, propostas pela maioria dos autores, temos que durante o século XVIII e a primeira metade do século XIX, a praia é frequentada com finalidades terapêuticas; na segunda metade do século XIX até à segunda metade do século XX transforma-se progressivamente num lugar de aventura e sedução (Walton, 1983; Shields, 1991); finalmente, desde meados do século XX que se converteu num local de consumo e de transformação (Rojeck, 1993).

No século XIX, a relação que as elites europeias estabeleceram com a praia e o mar funcionou como uma estratégia de distinção social importante, num momento em que o desenvolvimento do capitalismo introduziu mudanças consideráveis no sistema de estratificação social. A alteração das bases tradicionais de posição social e a emergência de novas fontes de poder económico proporcionada pelo modo de produção capitalista, fez com que as práticas criadas para o contacto com os espaços naturais se tornassem, mais do que nunca, elementos importantes nas estratégias simbólicas de ostentação de uma posição social elevada (Mukerji, 1990).

A análise de relatos sobre a “inauguração” de estâncias balneares permite-nos perceber que a génese dos banhos de mar e do desejo de estadia à beira-mar surge associada ao comportamento de uma elite e como prática de distinção social. A seguinte história relatada por um autor anónimo no início deste século, confronta-nos com elementos importantes do processo de transformação do banho de mar e estadia na praia em “prática civilizada”.

*“Foram os ingleses que, na época da Restauração, depois de haverem sido privados de se instalarem em Dieppe, aí formaram a plage no sentido moderno desta expressão francesa, e foi a própria e famosa*

*duquesa de Berry quem solenemente inaugurou a praia de Dieppe, ao meio dia preciso, enquanto se ouviam os repiques festivos de sinos e trovejavam salvas os canhões da época, entrou no mar, conduzida pelo inspector medico rial das aguas, que lhe dava a mão. Esse funcionário trajava casaca preta e luvas brancas”. (Sociedade de Propaganda de Portugal, 1918).*

Esta descrição da “inauguração” da praia de Dieppe apresenta-nos alguns elementos simbólicos que foram bastante importantes na construção e organização social das representações sobre a praia e os banhos de mar no século XIX e no início do século XX. Em primeiro lugar, a praia e o mar são “inaugurados”, ou seja, perdem o seu carácter intocável e inacessível a partir do momento em que são desejados e tocados por uma personagem de elevado poder social, reconhecida como sendo capaz de enunciar as vantagens e qualidades a reter da natureza marítima e da estadia na praia. Por outras palavras, a entrada da duquesa de Berry nas águas do mar, parece representar a penetração da “civilização” na natureza marítima, que a interpretação bíblica entendia como sendo o “caos” e “incompreensível” (Corbin, 1989). A imagem da duquesa de Berry a ser conduzida pela mão do médico e o facto de ser concedido a este último a função de avaliar a qualidade das águas do mar, ilustra de algum modo o poder destes actores sociais junto das elites do século XIX. Faz-nos suspeitar que a interacção das elites com a natureza marítima vai estar muito dependente dos que os médicos dizem que deve ser valorizado e como deve ser utilizado.

O historiador Jonh Walton, detectou para a realidade inglesa elementos semelhantes no processo social de “inauguração” da prática dos banhos de mar e de estadia à beira-mar. Na perspectiva do autor, estas práticas foram iniciadas pelas elites europeias, desde finais do século XVIII. Refere, nomeadamente, que a estadia na praia de Brighton se tornou socialmente valorizada a partir do momento em que esta localidade começou a ser frequentada por membros da realeza (Walton, 1983).

O historiador francês Alain Corbin (1989), recorre ao fenómeno da transição da visão clássica da natureza para uma abordagem secularizada do mundo, para explicar a génese do desejo experimentado pelas elites europeias de passar algum tempo à beira-mar. Este autor constatou que antes da segunda metade do século XVIII, a visão dominante sobre o mar era marcada pela interpretação bíblica do oceano primordial, caótico, abissal, incompreensível e instrumento de punição. Ainda na pers-

pectiva de Alain Corbin, a edificação de um pensamento secularizado vai organizar e sistematizar um novo olhar sobre a realidade, que vai permitir que a partir da segunda metade do século XVIII, e mais claramente ao longo do século XIX, as classes sociais elevadas experimentem novas sensações e construam novas práticas de contacto com a natureza marítima, doravante marcadas pela noção de que a natureza é algo tangível, próximo do homem, nada mais de que um conjunto lógico de factos concretos (Corbin, 1989).

A visão secular da natureza marítima criou a figura do banhista e do viajante que durante a sua estadia à beira-mar encara a natureza marítima como um “livro” que deve ser estudado ao pormenor. Esta vertente particular do imaginário da praia e do mar aparece exemplificada logo nas primeiras páginas de uma obra de Ramalho Ortigão, intitulada *As Praias de Portugal – Guia do Banhista e do Viajante* (1876):

*“O desenvolvimento dos estudos naturais tem progressivamente modificado a opinião inculta, supersticiosa e aterrada de que o mar é o insondável abismo tenebroso (...) o maravilhoso aspecto da praia, na época das marés vivas, quando o Atlântico descobre uma parte do seu leio, é descrita pelo naturalista Blanchard como um maravilhoso campo de explorações. A vida golfa por toda a parte: os moluscos abundam, os zoófitos, os vermes de todos os géneros pululam”* (Ortigão, 1876: 9-12).

O desejo de estudar a natureza marítima está ligado à ideia de que a sua apreciação e valorização é um privilégio exclusivo dos indivíduos detentores de saberes da “alta-cultura”, neste caso no domínio da biologia. É de salientar que esta forma particular de contactar com a natureza marítima é representativa de um novo estilo de vida apresentado pelas elites burguesas do século XIX, sendo essencialmente dirigida aos homens. Ainda segundo o mesmo ideário, o contacto com a natureza marítima levado a cabo pelas mulheres reserva-se aos efeitos “terapêuticos” do banho de mar, prescritos pelos médicos (homens).

A visão secularizada da natureza está imbuída de uma simbologia adstrita ao poder de quem pode transformar, nas palavras de Donna Haraway, “a história escrita pelo Deus salvador, numa história natural convertida em biologia” (Haraway, 1992: 8). Ao longo do século XIX, foi-se tornando mais claro o pressuposto de que a perspectiva secular da natureza se pode traduzir numa estratégia de distinção social, dizendo-nos que quem pode realizar a compreensão legítima da natureza pode também

dominá-la e, conseqüentemente, colocá-la ao serviço dos seus interesses.

A partir do momento em que a natureza marítima deixou de ser concebida como uma criação divina a temer e insondável, a praia pôde ser utilizada pelas elites para uma função simbólica de ostentação de poder social, através da elaboração de um conjunto rituais de interacção e de utilização deste espaço.

Do que já foi dito, torna-se claro que a partir do momento em que as elites sociais chegaram à praia, esta deixou de ser um “território vazio” e o mar um “símbolo do caos, do dilúvio e da punição divina” (Corbin, 1989), para se tornar uma prática “civilizada” e de distinção social, susceptível de novas leituras e emoções. Isto não significa, por exemplo, que os banhos de mar não fossem já uma prática antiga por parte de populações que viviam junto do mar. Mas a praia só ultrapassa um estado de “pré-civilização”, a partir do momento em que as elites chegaram e inventaram a prática “civilizada” dos banhos de mar por receita médica.

## 2. A Praia Terapêutica

O desejo da estadia à beira-mar começou por estar intimamente associado às teorias médicas que vigoravam na Europa, no século XIX. Sob a égide do discurso médico, a ida à praia vai estar bastante ligada à necessidade de efectuar uma cura do corpo e da alma, regida por objectivos de racionalização e moderação das energias do corpo e do espírito. Em Portugal, o ideário do controlo e racionalização das energias corporais surge liderado por uma burguesia industrial, na transição do século XVIII para o século XIX (Crespo, 1990). Este grupo social encontra-se em plena ascensão social e procura impor-se assumindo uma atitude de crítica ao estilo de vida da aristocracia.

*“As críticas atingiam (...) os grupos privilegiados, demasiado amantes do prazer e da vida fácil (...) Em causa, estava a implantação de um processo educativo contemplando a definição de uma atitude corporal susceptível de eliminar os gestos excessivos perniciosos à desejada economia de energias (...) além de uma sólida formação moral, baseada no autocontrolo e vigor do espírito (...) nesta operação de disciplina geral, o corpo transformava-se no instrumento fundamental da luta contra os desregramentos.”* (Crespo, 1990: 497-498).

O seguinte texto, publicado no jornal *Gazeta da Figueira*, em 1887, revela de um modo exemplar algumas facetas da crítica e desvalorização do modo de vida da aristocracia amante dos prazeres mundanos, levada a cabo pela burguesia. O estilo de vida aristocrata é encarado como sendo particularmente susceptível de provocar enfermidades físicas e psíquicas e a estadia à beira-mar é indicada como uma panaceia para esses males:

*“Chegam as nove horas. Começa a fulgurar no bestunto de Antonio (o aristocrata de puro sangue) uma radiosa esperança! Venham os theatros, as assembleias, as batotas, as roletas, os cafés, os olhares ardentes das andaluzas! Entra pelos clubs (isto é pose: Antonio não devia ignorar que tanto a Assembleia como o Gremio tem enxotavadios)... Que Antonio, o blase, fique sabendo que n’esta praia banhada pelo velho Atlantico, se não curam sómente insomnias. Muitos palermas, menos authenticos aristocratas que antonio, pelas prescrições dos esculapios, têm tirado proveitosissimo resultado regenerador da pobre humanidade, encontram os congeneres d’Antonio o iodo para os seus nervos, o phosphoro para o seu cerebro.”* (Gazeta da Figueira, 4 de setembro de 1887).

Nas lutas simbólicas entre uma burguesia em ascensão e uma aristocracia em processo de mobilidade social descendente, parecem ter particular importância os processos sociais de construção e imposição de modalidades corporais. Para o imaginário burguês, o estilo de vida da aristocracia caracteriza-se por posturas corporais e gestualidades exageradas e excessivas, acompanhadas de uma atitude de embotamento dos sentidos e efemeridade e superficialidade dos valores, que há que combater e corrigir.

No século XIX, os banhos de mar por receita médica enquadram-se num modelo de experiências corporal burguês, organizado e regulado por bases científicas, que assenta na crença de que o corpo deve ser “educado”, para que o indivíduo possa controlar os sentidos e assim formar uma adequada consciência moral. A mulher e as crianças são alvos privilegiado da preocupação da medicina em organizar e regular as energias corporais pela estadia à beira-mar. As práticas de banhos de mar e a estadia à beira-mar são encarados sendo como particularmente adequados para propiciar a robustez física e moral das crianças e para a “correção” de distúrbios tidos como “tipicamente” femininos, tais como a anemia e a histeria (Turner, 1984, 1987).

O seguinte texto é revelador das críticas dirigidas ao estilo de vida da mulher aristocrata, encarada pela burguesia em ascensão como estando particularmente sujeita a um processo de degradação física e espiritual. A mulher com uma vida mundana intensa é encarada com suspeição. A estadia à beira-mar é apontada como um forma de conduzir as mulheres a desempenhar o papel que a sociedade entende ser o mais indicado para elas – ser mãe e esposa.

*“Preciosas virgens franzinas, anemicas desde o ventre materno, ó pallidas madonas de veloutine, o vosso organismo de filhas da decadencia exige as convulsivas excitações do requintado prazer ou do lugubre desgosto: aneia pelas vibrações violentas que sacodem dolorosamente os nervos; necessita de paixão, de galanteios correctos e do fino amor dos salões! É isto, luxuosas visões do asfalto, que constitue o forte atractivo da vossa existencia (...) a intimidade de dois mezes com o mar não gerou em vosso espirito a amisade e a estima sincera por esse eterno regenerador da humanidade. Facilmente esquecem os dias de existencia sadia – com appetite d’um bom beef e uma pontinha de vontade de virem a ser uteis, mais tarde, aos homens que as escolham para esposas.”* (Gazeta da Figueira, 1887)

No século XIX, o banho de mar é perspectivado pela medicina como uma forma de corrigir as maleitas do corpo e da mente, numa sociedade que os ideólogos da época consideravam estar em processo de decadência física e espiritual.

Ramalho Ortigão, na sua obra *As Praias de Portugal – guia do banhista e do viajante* (1876), num capítulo sugestivamente intitulado “Reconstituição dos temperamentos e dos caracteres pelos banhos frios (conselhos às mães)”, começa por afirmar que “A sucessiva degradação da nossa espécie é um facto notado em Portugal por todos os fisiologistas, por todos os pedagogos, por todos os mestres de crianças” (Ortigão, 1876: 251). E acrescenta: “Venho simplesmente pedir às mães que dêem banhos no mar aos seus filhos. Peço-o para a felicidade deles, para a sua regeneração física e moral, para a preservação das suas enfermidades, para a alegria do seu espírito, para a firmeza da sua vontade” (Ortigão, 1876: 265)

Na transição do século XIX para o século XX, aparecem também com frequência, os discursos que enfatizam a “salubridade” para atrair as pessoas a passarem temporadas à beira-mar. Tudo indica que a construção social da “praia terapêutica”, que identificamos como resultado de investimentos simbólicos da burguesia do século XIX, realiza a “terapia”

sobre os corpos através de duas técnicas principais: os “banhos de mar” e os “banhos de ar”.

O seguinte texto dá-nos conta de que a estadia à beira-mar é também benéfica pelo odor do mar, que espalhado pela brisa marítima “purifica” o ar, afastando as doenças.

*“[As nossas indicações não se destinam] apenas a indivíduos cujo estado morbido leva os médicos a indicar-lhes a utilidade dos banhos de mar. Mas os próprios indivíduos são têm a maior conveniência em [estar à beira-mar] para oxigenar os pulmões, que o ar contaminado das cidades e terras do interior não deixa exercer plenamente as suas funções tão essenciais à vida. Com efeito, tanto em uns como em outros exerce a mais salutar influencia uma estadia nas praias. A vida ao ar livre, a excitação natural das funções respiratórias pelo fresco e aromático ar dos bosques ou das campinas são factores higiénicos de primeira ordem.” (As Nossas Praias, Sociedade de Propaganda de Portugal, 1918).*

É interessante notar que os discursos que apelam à fuga da cidade e ao “reencontro” do homem com a natureza, têm como base uma determinada concepção de “higiene corporal”, confrontando-nos com um imaginário do corpo como uma entidade porosa, extremamente permeável às agressões exteriores, nomeadamente ao ar impregnado de doenças. Na perspectiva do historiador Georges Vigarello (1988) esta construção social do corpo corresponde a um “aburguesamento” das práticas de higiene. Na obra *O Limpo e o Sujo* (1988), este autor aborda o fenómeno da transição entre uma concepção “aristocrática” de higiene, para uma concepção de higiene codificada pela burguesia. A primeira, centra-se na higiene do que é imediatamente visível – o vestuário, símbolo máximo de distinção social. A concepção higienista da burguesia, difundida a partir do século XIX, remete-se para as partes ocultas do corpo:

*“No fim do século XIX (...) transpõe-se uma última etapa da higiene corporal. O micróbio desempenhou um duplo papel: permitiu evocar ameaças objectivas e confortou a segurança interior de um asseio invisível. Esboçou uma figura radicalmente original da limpeza, aquela que, depois de ter dito respeito ao mais “externo” do corpo, atinge o mais secreto.” (Vigarello, 1988: 167).*

Em suma, a definição de um modelo corporal levado a cabo pela burguesia portuguesa no século XIX, assente nos princípios da racionalização e da moderação e legitimado pelo saber da medicina, torna-se um

ingrediente importante de distinção social. Além disso, o facto deste modelo corporal estar ligado à noção de “excelência corporal” veiculada pela medicina da época, transforma o corpo numa entidade que ao se submeter às terapias médicas, se presta a modalidades de transformação e modelação. A ideia veiculada pelo discurso burguês de que são necessários esforços e sacrifícios contínuos para atingir a “excelência corporal”, desqualifica a excelência “natural” da aristocracia. A noção de excelência corporal transmitida por herança dá lugar à ideia de que a obtenção de um corpo ideal e de uma correlativa mente sã, está ao alcance de qualquer um, desde que sejam cumpridos os preceitos médicos.

O que parece ser um intenso esforço de codificação e de controlo dos comportamentos desenvolvido pela burguesia portuguesa do século XIX, não é construído de um modo arbitrário. A definição de um modelo corporal obedece a uma lógica que tem determinados objectivos que revelam estratégias de luta simbólica entre os diferentes grupos sociais. Como refere Bourdieu (1977), o corpo é o resultado das condições sociais de existência dos indivíduos. E nas suas características aparentemente mais “naturais”, tais como a forma e a postura corporais, revelam-se as disposições mais profundas do *habitus*, através do que este autor denomina de “*hexis corporal*”, e que consiste em “*um modo global de manter o corpo, de o apresentar aos outros, mitologia política realizada, incorporada, tornada disposição permanente, maneira durável de apresentar, de falar, de andar e, por isso, de sentir e de pensar*” (Bourdieu, 1977: 54).

Temos assim que o corpo é uma entidade simbólica que assume ele próprio a multidimensionalidade do espaço social.

A obtenção de um corpo devidamente “higienizado” e “saudável” exige cuidados contínuos e uma vigilância rigorosa. Segundo a ideologia burguesa do século XIX, o processo de higienização do corpo só pode surtir efeitos fora do meio urbano e industrial, nomeadamente à beira-mar. A cidade industrial é entendida como um meio favorável às patologias, devido às suas ruas estreitas e sujas, sem ventilação, impregnadas de odores pestilentos e que obrigam à promiscuidade dos corpos, fisicamente muito próximos.

A saída temporária do meio urbano e industrial e a estadia à beira-mar tornam-se um factor de classificação social: quem não pode realizar a fuga ao perigo da doença que o espaço urbano oferece, é socialmente desclassificado.

A crítica ao meio urbano socorre-se de outros elementos: além da referência à inexistência de “ar puro” nas cidades, elementos como a luz,

a cor e os próprios movimentos da natureza marítima, surgem como ingredientes edificantes do prazer de estar ao ar livre.

Na fase da “praia terapêutica”, os códigos de apreciação da natureza marítima vedam os contactos intensos com os elementos da natureza. O apreciador da natureza e da vida ao ar livre deve, por exemplo, resguardar-se do contacto da pele com o sol. O mar é único elemento com o qual se estabelece uma interacção mais profunda, com o banho de mar. Mas é retirado qualquer dimensão de prazer este acto. A finalidade do banho de mar é apenas terapêutica, o banho é de curta duração, feito por imersão súbita e de preferência quando a temperatura da água está mais baixa (Ortigão, 1876).

Ao longo do século XIX, o prazer provocado pelo contacto com a natureza marítima é um “prazer à distância”, limitado ao olhar e ao olfacto. Surge a necessidade de construir espaços privilegiados para esse tipo de contacto, como por exemplo, os passeios, os terraços e os miradouros marginais ao espaço da praia. Só com a edificação da “praia lúdica” é que o prazer vai ser canalizado para o espaço da praia em si mesmo e o imaginário dos espaços naturais vai ganhar um novo conteúdo, privilegiando-se cada vez mais as sensações ao nível de todos os sentidos.

### 3. A Praia Lúdica

Nas primeiras décadas do século XX, emerge claramente a “praia lúdica”. Os códigos de leitura e apreciação deste espaço vão incluir não só a “contemplação admirativa da natureza marítima”, identificada na fase da “praia terapêutica”, mas um contacto muito mais intenso com o mar, o sol e a areia.

A praia entendida como um espaço vocacionado para o prazer corresponde a uma valorização dos elementos “quentes”, enquanto que à “praia terapêutica” surgem associados os elementos frios. Ao frio corresponde a austeridade, o vigor, a moderação. Ao quente corresponde o relaxamento, diminuição da tensão e exaltamento da libido.

Um dos principais indicadores das transformações ocorridas pela passagem da praia terapêutica para a praia lúdica, é a mudança nos horários de utilização da praia. A praia vocacionada para finalidades terapêuticas era essencialmente frequentada de manhã cedo. A praia

socialmente percebida para o prazer, corresponde a uma valorização dos elementos “quentes” da natureza, o que conduz a que se comece a frequentar a praia nas horas de maior calor.

A alteração dos discursos sobre a praia e dos conselhos ao banhista torna-se significativa. Em 1878, o *Almanch da Praia da Figueira da Foz* afirmava que depois da dez da manhã, “*A praia aquece excessivamente e não ha vantagem em submeter os banhistas a uma insolação activa. Por outra parte a luz, reflecte-se penosamente na areia da agua, e tambem não vemos vantagem em soffrer a excessiva reverberação luminosa!*” (*Almanch da Praia da Figueira da Foz*, 1878: 8-9). Já em 1931, a revista *Terras de Portugal* refere que “*Ao rodar das 10, já um formigueiro humano enxameia por toda a praia (...) e ao meio-dia é a hora do banho chic e aristocrático.*” (*Revista Terras de Portugal*, 1931).

A luz e o calor do sol ganham um grande relevo na estruturação dos códigos de apreciação da natureza marítima. À medida que a praia começa a ser frequentada na altura do dia em que o “quente” se sobrepõe ao “frio”, chega-se mais tarde à praia, permanece-se mais tempo e desenvolvem-se outras actividades além do banho de mar. A praia é cada vez mais entendida como um espaço de convívio, de alegria, de lazer. Progressivamente, a praia assume um carácter de “espaço público”.

A seguinte descrição da praia da Figueira da Foz, publicada na revista *ABC* em 1930, sob o título “*Banhos de mar, banhos de sol e banhos de amor*”, revela de forma muito clara a transformação operada nos códigos de apreciação da praia e nos comportamentos nesse espaço:

*“Onze e meia da manhã. Chapadas de sol intenso a pôrem reflexos ásperos no mar. A areia a arder de calor. Toldos de côres variadas, em manchas vivas, como cogumelos de tonalidades bizarras a brotarem da areia. Sussurrar do mar a abafar o som das conversas. Vozear alegre da gente moça a minorar o sussurro do mar. Vida, alegria, bulício. É a vida da praia, a grande vida da Figueira, nas manhãs lindas de Verão, cheias de luz e de calor.”* (*Revista ABC*, Agosto de 1930).

Importa sublinhar que a valorização simbólica dos elementos “quentes” da praia tem duas fases: inicialmente, o contacto com a luz do sol vai-se restringir ao olhar, ao espectáculo óptico. Gradualmente, em simultâneo com o despir progressivo dos corpos, surge a valorização das sensações corporais ao nível do tacto, implicando uma exposição directa do corpo aos raios solares. O “bronzado” transforma-se num símbolo de distinção social. A técnica corporal de “não fazer nada”, executada pelo

abandono do corpo aos raios solares, torna-se um sinal de lazer ostentatório. O seguinte extracto de uma revista feminina de 1930, permite-nos perceber a imposição de um novo código de “como estar na praia”:

*“É ainda e sempre a tua preocupação de brilhar que decidiu o teu veraneio (...) Partir para ti é encontrar uma nova ocasião de fazer passar o film das toilettes ante os olhos cobiçosos dos homens e os olhos despeitados das outras mulheres! Não é a saúde que vais buscar aos rochedos agrestes onde o teu corpo se estenda em atitude estudada de modernismo, não será o sol o primeiro a bronzear-te a pele, concedendo-te o atestado que não dispensas.”* (Revista ABC, 14 de Agosto de 1930).

Na praia lúdica, o mais importante é “olhar” os corpos dos outros e “ser olhado”. Neste jogo de olhares, que é um jogo de poderes, o “banho de sol” torna-se um ritual indispensável, em detrimento do “banho de mar”.

Os códigos de apreciação e de utilização da praia “lúdica” contribuíram para criar o que entendemos ser um “espaço público de vigilância”. No espaço da praia são exercitadas apuradas técnicas de controlo e disciplina sobre os corpos. Sustentamos assim, uma perspectiva de análise que deriva muito claramente da teoria do poder apresentada por Michel Foucault. Para este autor, o próprio espaço é uma metáfora para um lugar repleto de poder (Harvey, 1992: 213).

É na “praia lúdica” que as técnicas de vigilância e controlo social dos corpos ganham mais relevo, possibilitada pelo desnudamento progressivo dos corpos e uma maior permanência temporal na praia. Camuflados pelo princípio do prazer, os meios de controlo e disciplina dos corpos tornam-se mais eficazes, por serem difusas e imperceptíveis. O que Foucault denomina “tecnologia política do corpo” é mais eficaz quanto mais subtil e difuso:

*“Essa tecnologia é difusa, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência dos seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme.”* (Foucault, 1977: 28).

No espaço da praia, encontramos facilmente sinais de uma grande atenção dedicada ao corpo: este é obrigado a certos rituais, é-lhe pedida obediência a determinadas prescrições. Pelas próprias características

físicas do espaço da praia, os corpos assumem grande visibilidade. Os espaços de ocultação do corpo – barracas de praia ou toldos – apenas permitem aos corpos uma subtração temporária ou parcial ao olhar classificatório e vigilante dos outros.

Na praia vocacionada para o prazer, a natureza converte-se em espectáculo particularmente sedutor, não só para o olhar mas para todos os sentidos. Por outro lado, o contacto com a natureza transforma-se num “cuidado de si”. O hedonismo ganha uma dimensão narcisista.

## Conclusão

A modernidade instaurou uma diferenciação contínua entre os ritmos temporais e espaciais tidos como próprios do “trabalho” e outros considerados específicos do “lazer”. O espaço e o tempo de trabalho são entendidos como sendo essenciais para a subsistência e como estando repletos de formas diversas de restrições e controlo social. Em contrapartida, o espaço e o tempo de “lazer”, nos quais se enquadra a estadia na praia, parecem estar dominados pelo imprevisto e por alternativas à ordem social dominante (Harvey, 1992).

O sociólogo alemão Norbert Elias (1992), entende que a função principal tempos e espaços de lazer nas sociedades actuais, é proporcionar uma “tensão agradável”, sob a forma de “excitação-prazer”. Este autor defende que em sociedades que exigem aos indivíduos um elevado auto-domínio emocional em espaços públicos, *“as actividades de lazer proporcionam, por um breve tempo, a erupção de sentimentos agradáveis fortes que, com frequência, estão ausentes nas rotinas habituais da vida. A sua função não é simplesmente, como muitas vezes se pensa, uma libertação das tensões, mas a renovação dessa medida de tensão, que é um ingrediente essencial da saúde mental”* (Elias, 1992: 137). Neste contexto, em sociedades desenvolvidas, que exigem uma elevada disciplina emocional aos indivíduos, a estadia na praia representa um enclave fugaz para a manifestação de emoções fortes e de condutas que não seriam admissíveis na rotina diária. Contudo, a ruptura com a “normalidade”, a construção de um “mundo às avessas” no espaço da praia, segue códigos normativos socialmente aprovados. Como salienta Norbert Elias, a “excitação” provocada pelo lazer, é também socialmente regulada: *“[O lazer proporciona] uma excitação controlada e bem equilibrada, sem os riscos*



e as tensões habitualmente relacionadas com o excitamento de outras situações da vida, que pode ser apreciada e ter um efeito libertador, catártico". (Elias, 1992: 73).

Os comportamentos na praia não constituem uma ameaça à ordem social, porque obedecem a códigos muito precisos, cuidadosamente regulamentados por micro-poderes, tanto mais eficazes por não serem percebidos como tais. A "excitação" proporcionada no espaço da praia segue padrões aceitáveis numa sociedade tida como "civilizada". Como salienta Rob Shields (1991), a praia é sobretudo um espaço "liminar", situado entre a ordem e a transgressão. Por um lado, é um espaço de lazer e como tal é propício a "rituais carnavalescos", ou seja, de inversão da ordem social dominante. Por outro lado, é também um espaço de imposição de uma nova ordem de valores e comportamentos (Shields, 1991).

A apreciação da natureza, quer na fase da "praia terapêutica", quer na "praia lúdica", tem como objectivo realizar uma ruptura com as práticas quotidianas e com um mundo cada vez mais urbanizado e industrializado. Com a edificação da "praia lúdica", o imaginário da fuga às patologias urbanas detectado na "praia terapêutica" mantém-se, mas revestido de novos investimentos simbólicos. A proximidade da natureza marítima não vai significar tanto resguardar-se do perigo de doenças facilmente propagadas nas grandes cidades. Sobretudo, enuncia a possibilidade de ruptura com as emoções e sentimentos experimentados no quotidiano de um mundo industrial.

A desejada ruptura com o quotidiano no espaço da praia, pode efectuar-se de duas maneiras: por um lado, através das emoções provocadas pela apreciação estética da natureza marítima. Por outro lado, ao nível das práticas sociais, nomeadamente pela construção de rituais de interacção com o espaço da praia, pelos quais os actores sociais desejam realizar comportamentos muito diferentes dos concretizados no espaço de residência habitual.

#### BIBLIOGRAFIA

- BERGER, Peter (1978), *Perspectivas Sociológicas*, Rio de Janeiro, Vozes.
- BOURDIEU, Pierre (1977b), "Remarques provisoires sur la perception du corps", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 14, pp. 51-64.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Minuit.

- CORBIN, Alain (1989), *O Território do Vazio – A praia e o imaginário ocidental*, São Paulo, Companhia das Letras.
- CRESPO, Jorge (1990), *A História do Corpo*, Lisboa, Fragmentos
- ELIAS, Norbert (org.) (1992), *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel.
- FISKE, Jonh (1989), "Reading the beach", *Reading the Popular*, Londres, Unwin Hyman, 43-76.
- FOUCAULT, Michel (1977), *Vigiar e Punir*, Petrópolis, Vozes.
- HARAWAY, Donna (1990), *Primate Visions, Gender, Race and Nature in the World of Western Science*, London, Verso.
- HARVEY, David (1992), *The Condition of Posmodernity*, Cambridge, Blackwell.
- LÉVI-STRAUSS (1969), *Myth and Meaning*, New York, Schocken.
- MACHADO, Helena (1996), *A Construção Social da Praia*, Guimarães, ed. Autor.
- MUKERJI, Chandra (1990), "Reading and writing with nature – social claims and the french formal gardens", *Theory and Society. Renewal and Critique in Social Theory*, 19/6 vol, Columbia University, Kluwer Academic Publishers.
- SHIELDS, Rob (1991), *Places on the Margin*, London, Routledge.
- ROJECK, Chris (1993), *Ways of Escape: Modern Transformations in Leisure and Travel*, Houndmills, The Macmillan Press.
- ROJECK, Chris (1995), *Decentring Leisure. Rethinking Leisure Theory*, London, Sage.
- TURNER, Brian S. (1984), *The Body and Society*, Oxford, Blackwell.
- TURNER, Brian S. (1987), *Medical Power and Social Knowledge*, London, Sage Publications.
- VEBLEN, Thorstein (1953), *The Theory of the Leisure Class*, New York, Menton Books.
- VIGARELLO, Georges (1988), *O Limpo e o Sujo. A Higiene do Corpo desde a Idade Média*, Lisboa, Fragmentos.
- WALTON, Jonh (1983), *The English Seaside Resort. Social History 1750-1924*, Leicester University.

#### FONTES

##### JORNAIS:

*Gazeta da Figueira*, 1887 a 1902.

##### REVISTAS:

Revista ABC, Agosto de 1930.

Revista Terras de Portugal, Agosto de 1931.

OBRAS DE CARÁCTER ENSAÍSTICO OU DOCUMENTAL:

ORTIGÃO, Ramalho (1876), *As Praias de Portugal. Guia do Banhista e do Viajante*, Lisboa

PESSOA, Amorim, *Almanach da Praia da Figueira para 1878-1879. Guia Completo do Banhista n'esta Frequentada Praia*, s/d.

SOCIEDADE DE PROPAGANDA DE PORTUGAL (1918), *As Nossas Praias. Indicações Gerais para Uso de Banhistas e Turistas*